

# A INFLUÊNCIA DA ESCOLA POSSIBILISTA FRANCESA NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL

Temática: “Teoría, historia y metodología de la Geografía”.

Autor: **Rui Ribeiro de Campos**, graduado em Filosofia e Geografia, Mestre em Educação e Doutor em Geografia. Atualmente é professor de História do Pensamento Geográfico da Universidade Federal Fluminense, em Angra dos Reis (RJ) – [profrucampos@yahoo.com.br](mailto:profrucampos@yahoo.com.br)

## Resumo

O artigo discute aspectos da obra de Vidal de La Blache (1845-1918) e a Escola Possibilista Francesa, a influência dessa escola nos meios acadêmicos brasileiros e em livros didáticos, entre os anos 1940 e 1970, até a criação da disciplina Estudos Sociais, que colaborou para piorar o fazer “geográfico”. No artigo, um maior destaque foi dado para autores como Everardo Backheuser (1879-1951), Delgado de Carvalho (1884-1980), Pierre Deffontaines (1894-1978), Pierre Monbeig (1908-1987), Aroldo de Azevedo (1910-1974) e Josué de Castro (1908-1973).

A Escola Possibilista passava a ideia de que era necessário ser objetivo, ficar preso à descrição e de que não se deveria discutir “política”, pois a ciência é neutra. Essa corrente foi transplantada para o Brasil por ocasião (1934) da criação do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP). No entanto, diversos aspectos utilizados ou pregados eram diferentes dos propostos por Vidal. Também foram realizadas monografias, com visão e estrutura diferentes da proposta dele. Vidal discutiu política (como em “A França do Leste”) e defendia o preconceito em relação a outras culturas, o colonialismo, o eurocentrismo, o imperialismo; a corrente derivada dele também.

Integrantes brasileiros dessa corrente enfatizaram por demais a descrição e nela isolavam os aspectos físicos entre si, além de separá-los dos aspectos humanos e econômicos; a dicotomia Física/Humana sempre esteve presente. Alguns geógrafos se transformaram em especialistas de partes dessa descrição, fragmentando a realidade e perdendo o caráter espacial mais globalizante que essa ciência almejava, o que levou à “despolitização” do discurso geográfico, inclusive por considerar determinada maneira de realizar análises como “geográfica”, excluindo aqueles que nela não se encaixavam. O método mais utilizado era o indutivo (análogo às ciências da natureza), limitando a explicação aos elementos visíveis da paisagem, similar à proposta positivista, que escondia a existência de classes sociais, de relações desumanas de trabalho, por ser normalmente ligada ao Estado, às classes dirigentes, não sendo crítica ao capital e nem demonstrando a ação depredatória da exploração colonial.

**Palavras-chave:** Vidal de La Blache – Escola Possibilista – Geografia Brasileira – Aroldo de Azevedo

## APRESENTAÇÃO

O historiador francês Lucien Febvre (1878-1956) foi o responsável pela cunhagem dos termos *determinismo* (que já existia) à geografia ratzeliana e *possibilismo* (termo que Vidal nunca utilizou) à geografia lablacheana, criando uma polarização que não existia.

Dois fortes motivos levaram a fazê-lo: em primeiro lugar, Febvre, que defendia a interdisciplinaridade e a ampliação dos temas históricos, queria dialogar com seus compatriotas e fortalecer a Geografia de seu país em relação à Geografia alemã. Para tanto, acabou por tentar desmerecer a pujante contribuição de Ratzel, valorizando a Escola Francesa de Geografia. Em segundo lugar, ao enfatizar a dimensão *política*, a Geografia praticada por Ratzel assemelhava-se à História diplomática, militar e política então hegemônica na França e que Febvre esforçava-se em combatê-la. (RIBEIRO, 2012, p. 02)

Ratzel foi uma das referências intelectuais, com a sua Antropogeografia, para o estabelecimento da Geografia Humana de Vidal da La Blache (1845-1918). Apesar de algumas pequenas divergências, os dois convergiam no tratamento dado à região e ao Estado, tanto na defesa do colonialismo quanto na própria visão geopolítica.

A corrente possibilista chegou a ser majoritária na Geografia e foi transplantada para o Brasil por ocasião da criação (em 1934) do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP). Diversos aspectos dessa corrente de pensamento eram diferentes dos propostos por Vidal; no entanto, identificar regiões passou a ser um trabalho básico e nele se destacavam os aspectos físicos. Também foram realizadas monografias, como se ele tivesse aconselhado a realizar daquela maneira. Entretanto, descobriu-se que a visão de Vidal sobre região era mais dinâmica do que a de seus seguidores; se estes faziam monografias limitadas, isso não era um conselho de La Blache. Outra questão relevante refere-se ao fato de que ele escreveu textos claramente políticos, como “A França do Leste” (LA BLACHE, 1994) – onde fez uma análise política da região da Alsácia e Lorena – e este livro foi ocultado por seguidores.

Integrantes dessa corrente enfatizaram por demais a descrição e nela isolavam os aspectos físicos entre si, além de separá-los dos chamados aspectos humanos e econômicos. A dicotomia Física/Humana esteve presente na Geografia implantada no Brasil. Alguns geógrafos se transformaram em especialistas de partes dessa descrição, fragmentando a realidade e perdendo o caráter espacial mais globalizante que essa ciência almejava, o que levou à “despolitização” do discurso geográfico. O método mais utilizado era o indutivo (análogo às ciências da natureza), similar ao da proposta positivista, limitando a explicação aos elementos visíveis da paisagem e escondendo a existência de classes sociais, de relações desumanas de trabalho, por ser normalmente ligada ao Estado, às classes dirigentes, não sendo crítica ao capital e nem demonstrando a ação depredatória da exploração colonial.

Os geógrafos franceses influenciaram e foram influenciados pela expansão colonial de seu país. “[...] *Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...]*” (RIBEIRO, 2009, p. 26) Ele chegou a escrever: “*Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização que constitui a glória de nossa época, [...]*” (LA BLACHE, *apud* SANTOS, 1978, p. 15) Em conferência (LA BLACHE, 1897), defendeu a importância da imposição da língua francesa nas colônias e a “influência moral” que os franceses deveriam exercer sobre os nativos, além de destacar a ignorância e os prejulgamentos dos autóctones em relação aos franceses. Ele sempre reiterou uma visão sobre a possibilidade de expansão da França. Escreveu em 1910: “*Ora, o grande mercado, inesgotável e fecundo em promessas de futuro, é aberto pelo Oceano.*” (LA BLACHE, 2012f, p. 269) Ainda que se pronunciasse sobre o comércio de países europeus e dos EUA, não deixou clara a possível intenção: a defesa do colonialismo.

## O MENTOR DA ESCOLA POSSIBILISTA

A secularização do conhecimento europeu, ocorrido graças ao Iluminismo, ampliou-se com as teses de Darwin e aspectos destas foram utilizados para além do campo biológico, pois sua adaptação foi adequada ao sistema que passava a predominar no continente, justificando a competição, o individualismo, a ampliação do espaço estatal, o preconceito racial e outros temas. No século XIX, “*O progresso passou a ser a palavra de ordem – dotada agora deste recém-adquirido sentido de infinitude, e reforçada pelas conquistas materiais da tecnologia.*” (WALLERSTEIN *et al.*, 1996, p. 16) Isso estava presente na principal obra de Paul Vidal de La Blache (1845-1918), “Princípios de Geografia Humana”, cujo “[...] *nexo discursivo do livro é formado pelas categorias da civilização e do gênero de vida, inspiradas no conceito de contingência.*” (MOREIRA, 2008, p. 63)

La Blache foi acusado de não fazer da política um elemento de sua proposta, o que não corresponde aos fatos, pois não há neutralidade em nenhum escrito. Sua proposta, como a do positivismo, limitava o conhecimento à observação direta e considerava como realidade o que podia ser constatado pelos sentidos. Descrevia o homem abstrato e pouco dizia sobre o homem concreto, fato importante para culpar a todos por alguns problemas e para não ter de analisar a estrutura de classes sociais. Aliás, por essa razão, a Geografia era, para ele, uma ciência da Terra e não uma ciência social. Ao mesmo tempo em que pregava que a ciência deveria ser objetiva e neutra, comprometia-se com o Estado francês, defendendo o direito de o mesmo possuir colônias na América, na África e na Ásia.

Além de patriota, eurocêntrico, defensor do Império francês e participante ativo do movimento colonial, Vidal escreveu vários textos sobre aspectos geopolíticos, como sobre a inserção territorial francesa na Europa; a penetração francesa e a missão civilizatória na Ásia e África; a delimitação das fronteiras entre Argélia e Marrocos; a contenda entre Brasil e França com relação à Guiana; a expedição militar francesa no Peru; além de sua defesa dos territórios de Alsácia e Lorena anexados pela Alemanha. Escreveu sobre as áreas que passaram a ser dominadas pelas potências, como se fosse um grande progresso da humanidade.

Um dos grandes problemas da chamada Geografia Humana, criada por ele, foi o fato de beber nas fontes das ciências físicas, quase que na expectativa de que as coletividades humanas se comportassem como os outros seres vivos. E o aparente resultado das ações era mais importante do que o indivíduo que as executava. A paisagem, que caracterizava uma região, era marcada pela casa, pelos jardins, pelas plantações, enfim, pela obra do homem, mas não por este. Na “paisagem” não existiam pobreza, mortalidade infantil, má distribuição de renda, concentração fundiária, poder estatal. Por isso, “*A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens; [...]*” (LA BLACHE, 1985, p. 47). Ou, como afirmou Jean Brunhes (1869-1930), para a Geografia, “[...] *a casa (como elemento fixo da paisagem) tem maior importância que o morador. Ou, na afirmação de C. Vallaux, de que o homem importa, para a análise geográfica, por ser um agente de modelagem do relevo, por sua ação como força de erosão.*” (MORAES, 1981, p. 23)

Em um momento de destaque a respeito do discurso evolucionista, Vidal buscou elaborar uma espécie de “ecologia do homem”, com visões muito próximas das ciências biológicas, o que o aproximou do darwinismo social. Em seu artigo, no livro “*Vidal, Vidais*”, Sergio Nunes Pereira destacou um trecho significativo de Vidal:

A natureza não estabelece leis nem forma com antecedência os quadros dentro dos quais se move o destino dos Estados. Assinala as condições e deixa à competição, lei universal dos seres vivos, o cuidado de obter resultados. [...] Daí surge a necessidade que tem cada povo de informar-se seriamente dos recursos próprios que ele traz à luta. (In HAESBAERT *et al.*, 2012, p. 337)

A lei universal de todos os seres vivos seria a competição e, desse modo, também tratava os Estados: como uma espécie de ser vivo. Além disso, a própria obtenção do status de ciência universitária na França, vai lhe dar um papel útil na defesa dos interesses da potência colonial francesa. A criação, em 1892, da cadeira de “Geografia Colonial”, demonstrava a importância dessa

“ciência” na assessoria e na justificativa da obra colonial francesa. Os geógrafos daquele país não somente foram influenciados pela expansão colonial como também a influenciaram.

Existem reflexões de Vidal sobre a expansão e a manutenção do império colonial francês; aliás, ele defendeu que a obra da colonização “*desperta um interesse tão legítimo*”. O geógrafo Guilherme Ribeiro escreveu que “[...] *Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...]*.” (RIBEIRO, 2009, p. 26)

No Brasil, a geografia realizada em nome de La Blache, compartimentava muito e não ligava os fatos, além de a maioria das monografias seguirem um mesmo “esquema”. Vidal, na verdade, era a favor da ligação dos fatos, era contrário à compartimentação que existia em muitos trabalhos aqui realizados. Em “O princípio da geografia geral” (1896), afirmou que a Terra era um todo, onde as partes estavam coordenadas e que isso era um princípio de método para a Geografia:

Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais, de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e de efeitos, [...]. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. [...] Cada área age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela. O geógrafo é levado assim a projetar, sobre o tema que estuda, todo o esclarecimento fornecido pela comparação de casos análogos. (LA BLACHE, 2012a, p. 47-48)

Na verdade, ele não pregou as características das monografias realizadas no Brasil, que afirmavam serem baseadas nele. “*Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região [‘contrée’] isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto*” (Ibidem, p. 44), afirmou ele. E mais: não propunha um modelo fixo, um único modo: “*A descrição geográfica deve ser maleável e variada como seu próprio objeto.*” (LA BLACHE, 1985, p. 46) Gomes fez uma observação importante sobre isso:

Trata-se de descrições “flexíveis” e, portanto, muito diferentes do *plan à tiroir* do qual deram prova as monografias regionais subsequentes. Os elementos enumerados figuravam aí de forma quase obrigatória e se sucediam frequentemente segundo a mesma ordem, perdendo por consequência sua capacidade explicativa. (GOMES, 1996, p. 211)

A escola possibilista valorizava a forma em detrimento do conteúdo, e a rigidez do método fez com que, em muitos trabalhos, as partes ficassem desarticuladas, desconexas, sem ligação com as que as sucediam. Paul Boino escreveu em um artigo introdutório a um livro de Reclus:

[...] a escola vidaliana operou uma forte redução do campo de sua disciplina, depois refutou como não geográfico tudo o que não entrava no estreito âmbito que ela havia definido. [...] Para evitar tratar de questões sociais, econômicas, políticas, da luta de classes, das contradições econômicas, do colonialismo e do imperialismo (entre outras coisas) os vidalianos reduziram a geografia à caricatura, a ser apenas uma simples *ciência dos lugares* (para retomar a definição do próprio Vidal de la Blache). (BOINO, in: RECLUS, 2010, p. 13)

Durante sua vida, Vidal centralizava e influenciava as cátedras universitárias francesas; após sua morte, seus discípulos mantiveram algumas propostas e modificaram outras. A identificação das regiões passou a ser um trabalho geográfico básico e, na busca da individualidade das regiões, além dos elementos da natureza, destacavam-se os aspectos culturais, atitude que aparentemente valorizava o que chamavam de Geografia Humana.

## **INFLUÊNCIAS NO BRASIL DA ESCOLA POSSIBILISTA FRANCESA**

Diversos autores brasileiros diziam seguir as normas de Vidal de La Blache ou da Escola Possibilita Francesa e eles não fizeram um bem muito grande à Geografia. O Brasil, historicamente,

sempre se caracterizou por importar concepções de modo acrítico, mas adaptando-as aos interesses das classes dirigentes. Diversas concepções efetivaram-se no Brasil e, muitas delas, colaboraram para a indefinição dessa ciência que, como qualquer uma, pode ser útil para a manutenção do *status quo* ou para mudanças visando uma sociedade mais justa. Entretanto, na prática, a maioria dos autores nacionais optou pela manutenção do *status quo* e valorizava a cognominada Geografia Regional e a realização de monografias restritas. A ênfase era na descrição e, normalmente, isolavam-se os aspectos físicos, os aspectos humanos e os aspectos econômicos.

O risco teórico da abordagem possibilista é, então, o de não chegar à explicação: “de um lado um inventário muito rico de causas não permite chegar a convicções científicas e, do outro, compreende-se que as mesmas causas chegam muitas vezes a produzir efeitos diferentes” (Denis). (QUAINI, 1983, p. 48/49)

Alguns geógrafos se especializaram em aspectos dessas descrições, perdendo o necessário caráter espacial mais globalizante e criando *diversas geografias*. Assim, fragmentaram o discurso geográfico, *despolitizando-o* justamente por isolarem os aspectos integrantes da realidade espacial (apesar de Vidal ter escrito: “*Nenhuma parte da terra leva em si, sozinha, a sua explicação.*” – *apud* BRUNHES, 1962, p. 38) e por falarem de todos os seres humanos de uma região como algo homogêneo, como se entre eles não existissem distinções de classe ou etnia.

O método da escola possibilista clássica foi caracterizado por Moraes (1981, p. 71) de empírico-indutivo, que pouco se opunha ao positivismo e, como este, hostilizava a abstração e a especulação. Essa escola exerceu grande influência na formação do conceito de Geografia que se desenvolveu no Brasil. Em todos os níveis formais de educação predominava a visão dessa disciplina e ciência conforme quiseram fazer crer. Se a Geografia já foi vista como uma enumeração de nomes de lugares, de capitais de países, exigindo o seu ensino a memorização de maiores produtores etc., isso ocorreu porque assim foi conceituada. Parte significativa dessa visão decorre do papel que lhe foi imputado e do fato de ter sido, em grande parte, importada, preservando somente os aspectos mais ligados ao conhecimento de nomes e descrições de lugares pelo país do que como uma ciência e, no caso, ciência social.

No Brasil, a chamada escola possibilista, estimulou a fragmentação da realidade (coisa não pregada por Vidal), o isolamento da Geografia entre as ciências sociais e desestimulou a procura de causas na apreensão do todo. Produziu uma indefinição da Geografia ao não situá-la nem como ciência da natureza, nem como ciência social, colocando-a como uma “ciência de charneira” e reforçando a ideia de “ciência síntese”, que se comportou como uma simples aglutinadora dos resultados de outras ciências.

Vidal (LA BLACHE, 2012c) pregou a interdisciplinaridade como um instrumento pedagógico útil para melhor compreender a realidade. Contudo, no Brasil, foram feitas muitas monografias justificadas como seguindo sua orientação. Segundo Paulo Cesar Gomes (2012), as monografias regionais eram produzidas conforme um modo mais ou menos constante; o objetivo seria o de encontrar para cada região uma “cara”, uma personalidade, uma forma particular. No entanto, alguns geógrafos brasileiros, entre as décadas de 1930 e 1970, tentaram seguir, em seus estudos, as características propaladas pela Escola Regional Francesa, mas descobriram aspectos que os impediam de realizar análises mais amplas ou o exame de aspectos sociais que não eram considerados geográficos pelo “paradigma” dominante. Daí romperem com essa visão.

Entre exemplos brasileiros, pode-se destacar, para demonstrar a visão preconceituosa do “paradigma” dominante, **Everardo Backheuser** (1879-1951), que possuía uma visão de mundo semelhante aos intelectuais autoritários, foi professor de Geografia no Colégio Pedro II e em faculdades particulares, fez propostas de um curso superior (Curso Livre de Geografia Superior), discutiu e escreveu sobre temas como clima, território, capital federal, população, espaço, Estado, fronteiras. Portanto, foi geógrafo, realizou aqui uma Geografia. Todavia, quando ocorreu a institucionalização acadêmica da Geografia, não recebeu convite para compor os quadros docentes das duas universidades públicas. Afirmam que foi excluído pelo predomínio da Escola Francesa, pois ele era ratzeliano e crítico do possibilismo (ANSELMO, 2000).

Outro destaque foi **Delgado de Carvalho** (1884-1980), por muitos considerado o pioneiro da moderna Geografia no país (FERRAZ, 1994). No início (em 1925), ainda não considerava a Geografia como ciência (“*De fato, a geografia, em si, não é uma ciência, porque não possui material próprio nem método necessário: é na física, na química, na botânica, na sociologia que encontra os seus materiais de estudo.*” – CARVALHO, 1990, p. 108); para ele, tratava-se de uma agregação de vários ramos científicos, com a função de proporcionar uma “*base larga e variada*” para as outras ciências. De qualquer modo, a influência no Brasil de Vidal de La Blache começou claramente com Delgado de Carvalho. Em *Geografia Humana* utilizou, embora poucas vezes, o termo “ciência geográfica”, mas com uma concepção presa à Escola Regional Francesa: dual, compartimentada e indefinida quanto ao seu objeto. Segundo o livro, Antropogeografia ou Geografia Humana “[...] *tem pois por objeto o estudo do homem em suas relações com a Terra, nas circunstâncias geográficas ou nas condições do meio em que ele vive. [...]... um ramo da Geografia Geral, embora tenha objeto distinto e preciso, [...]*” (CARVALHO; CASTRO, 1967, p. 09) Por isso Delgado permanecia na *paisagem econômica* e não colocava o homem ou a mulher também como bens econômicos de um país. Nesse livro, a pobreza não apareceu, a divisão entre os homens era de graus de civilização – selvagens, bárbaros e civilizados –, sendo estes últimos os que possuíam a cultura europeia (de modo semelhante a textos de La Blache).

Em 1934, surgiu, de fato, a nossa primeira universidade: a **Universidade de São Paulo** (USP). Nasceu englobando diversas instituições de ensino superior, acrescidas de uma nova: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). E, entre os cursos da FFCL, estava o de Geografia e História. A Geografia, ainda que agregada à História – vai se separar em 1957 –, obtinha, assim, sua “*cidadania acadêmica*”. O modelo de estruturação da universidade foi o francês; a presença de professores franceses reforçou essa filiação, que ocorreu com a assimilação de paradigmas e concepções específicos.

Na Geografia, assiste-se à entrada em cena das concepções de Paul Vidal de La Blache e da “escola possibilista”, inaugurando uma Geografia humana explícita. Vê-se que ao prussianismo ratzeliano vem substituir uma concepção liberal, bem ao gosto da burguesia agroindustrial paulista que na conjuntura dos anos trinta teme radicalismos de qualquer matriz. Externalidade e rigor analítico vão ser a marca de uma orientação que guardará, por vários anos, uma prudente distância da temática diretamente política. Ao ensaísmo dominante contrapõe a pesquisa empírica, às interpretações globais do país contrapõe descrições mais localizadas – e menos apaixonadas. (MORAES, 1988, p. 125)

O afastamento das concepções alemãs, a distância de temáticas políticas e a realização de pesquisas empíricas e descrições localizadas, por meio de monografias, serão as marcas da geografia uspiana. Quando foi criado, alguns anos após a USP, o IBGE também foi um ponto difusor da escola possibilista francesa. Essa visão também era útil ao nacionalismo da época, ao ter como uma de suas metas o ataque ao determinismo fisiográfico e ao afirmar a possibilidade de desenvolvimento dos países tropicais.

Nas décadas de 1930 e 1940, a carência de docentes especializados forçou as universidades públicas a *importarem* professores e modelos de ensino. No eixo São Paulo-Rio de Janeiro, tanto a área docente quanto a de pesquisa, contaram com a presença física de dois professores franceses de grande influência: Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig. **Pierre Deffontaines** (1894-1978) escreveu o livro *Geografia Humana do Brasil* (1939) que, apesar de possuir as características comuns da Escola Regional Francesa, surpreende por ser melhor do que a maioria dos livros didáticos publicados posteriormente. Estabelecia como tarefa da Geografia Humana a pesquisa daquilo que foi acrescentado à paisagem da Terra pelo homem. Definiu-a como a “[...] *ciência das manifestações visuais e tangíveis sementeadas pela caravana humana que prossegue seu desfile ininterrupto há tantos séculos, na superfície do globo. [...] A geografia humana testemunha a grandeza da obra humana, [...]*” (DEFFONTAINES, 1952, p. 12 e 22). Ela era o estudo das marcas visuais sobre a superfície, os fatos do *habitat*; para Deffontaines, a primeira marca do homem “*sobre o solo é uma habitação*”. Era a descrição dos diversos tipos de casa como dependentes do

gênero de vida e a constatação de que, em diversos casos, a devastação florestal foi exagerada porque “*a vitória humana foi grande demais.*” Esse tipo de afirmação se insere na visão lablacheana e no combate ao determinismo fisiográfico. Afirmava que a “[...] *principal diferenciação entre os homens reside na sua organização do trabalho*” (Ibidem, p.19), mas isso era entendido como o tipo de trabalho exercido e não as relações socioeconômicas decorrentes das relações de produção. Devido a essa concepção, não falava em pobres, mas em “*pessoas humildes*”.

Deffontaines foi substituído na USP por **Pierre Monbeig** (1908-1987), de grande influência para os geógrafos que se formaram durante o período em que atuou na USP (1935-1946) como responsável pela disciplina Geografia. Suas aulas eram ministradas em francês, a língua da maioria dos livros de Geografia existentes na biblioteca. Sempre procurou valorizar a relação ensino-pesquisa, o trabalho de campo e a interdisciplinaridade científica. Fiel à tradição francesa, estimulava a realização de monografias e, grande parte delas, sobre núcleos urbanos, o que fugia da tradição *rural* da escola regional francesa.

A pesquisa geográfica urbana brasileira teve como ponto de partida sua atuação e sua proposta metodológica. A monografia urbana sugerida por ele, “[...] *pode-se dizer que era o resultado da aplicação do método de geografia regional à cidade. Era, na realidade, uma monografia regional, só que a região, neste caso, era a cidade.*” (ABREU, 1994, p. 208) Em artigo, Monbeig afirmou que o estudo geográfico de um *organismo urbano* era um “*dos mais típicos das concepções e dos métodos da geografia*”. Ele colocava o limite do campo de estudo no método e não no fenômeno, pois a demarcação entre fatos geográficos, sociológicos ou econômicos era difícil quando o objeto de estudo era um aglomerado urbano, razão pela qual era “[...] *absurdo pretender exigir que o pesquisador se detenha diante de fronteiras teóricas e universitárias.*” (MONBEIG, 1943, p. 09)

Apesar de defensor dos princípios da escola possibilista, Monbeig não foi aqui um defensor de todas as suas características, notadamente quanto à defesa da política colonial francesa, da neutralidade científica e do estabelecimento de fronteiras rígidas para o estudo geográfico (*geograficidade*). Ele “[...] *procurou adaptar o seu pensamento ao Brasil, onde deveria atuar e formar novos quadros. Daí ter se libertado dos preconceitos coloniais [...] usando com maestria os conceitos básicos do pensamento de seus mestres.*” (ANDRADE, 1994, p. 78) Admitia a dualidade — física e humana —, mas dava maior ênfase à segunda, concebendo-a como uma ciência social, embora procurando a “[...] *primazia do estudo sobre o real, buscando no concreto observável, palpável, as características da fundação empirista da geografia.*” (BRAY, 1987, p. 120)

A influência de Vidal também esteve presente em um dos primeiros militares a escrever uma geopolítica para o Brasil: **Mário Travassos** (1891-1973). Integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e primeiro comandante (1944-45) da Escola Militar de Rezende (RJ), que, em 1951, passou a denominar-se Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), em seu ensaio “Introdução à Geografia das Comunicações”, de 1942,

[...] o autor aprofunda seu interesse sobre as relações entre Geografia e Política. Faz referências a Friedrich Ratzel (leis e princípios da Geografia), a Paul Vidal de La Blache (o homem como fator geográfico) e a Delgado de Carvalho (as regiões naturais), assinalando que a ciência geográfica moderna resulta dos “processos de investigação” apresentados pelos dois primeiros autores. (VLACH, 2003, p. 05)

Outro autor que sofreu influências da geografia francesa, principalmente no começo de sua atividade como geógrafo, foi **Josué Apolônio de Castro** (1908-1973), principalmente a partir da segunda metade da década de 1930. A busca da compreensão da fome, como uma expressão da relação entre o biológico e o social, encontrou na proposta geográfica de uma articulação entre a natureza e a sociedade, que a escola lablacheana dizia realizar, um importante caminho. Em 1937, com *A alimentação brasileira à luz da geografia humana* (CASTRO, 1937), a Geografia ocupou, pela primeira vez, o lugar central em uma obra sua. “*A crescente influência da geografia em suas análises tem como consequência o aprofundamento da compreensão do fenômeno da fome, enquanto interação entre o homem e a natureza.*” (MAGALHÃES, 1997, p. 79)

Os princípios como causalidade e conexão, a possibilidade de realizar sínteses integradoras capazes de superar a fragmentação das análises empíricas e de ver o fenômeno multifacetado da alimentação de um modo mais globalizante foram aspectos importantes para a adoção desse método. A possibilidade de recuperar a articulação entre o natural e o social dava uma *individualidade*, entre as ciências, à Geografia. Josué de Castro procurava incorporar a *visão geográfica* para compreender a alimentação como uma expressão da interrelação entre solo, clima, organização econômica, características culturais do grupo etc., e não aceitava algumas características dessa corrente como, por exemplo, a neutralidade científica.

No livro (1937), disse procurar não mais tratar o problema da alimentação “[...] *em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra.*” (CASTRO, 1937, p. 13) Afirmou que seu trabalho não era uma monografia geográfica e sim que “*foi orientado sob a inspiração do espírito geográfico*”. Segundo ele, um dos motivos pelos quais o problema alimentar ainda estava para ser solucionado decorria da falta de aplicação do método geográfico ao seu estudo, o que levava os interessados pela questão a estudar aspectos parciais, “*projetando uma visão unilateral do problema*”.

Reafirmou que o estudo da nutrição precisava ser de acordo com as condições climatobotânicas e a organização econômica e social, ou seja, do “*complexo ambiente cultural – o meio e o homem*”, pois também deveria levar em consideração os hábitos dos moradores. Abordou também o *meio geográfico* e nessa abordagem se nota a influência da Escola Regional Francesa, inclusive em sua visão sobre Ratzel: “[...] *contra o cego determinismo geográfico da escola de Ratzel*”. (CASTRO, 1937, p. 109) Ele sempre citou, com destaque, Vidal de La Blache e limitou as posições de Ratzel a um determinismo toscano. Entretanto, como escreveu Robert de Moraes,

Ratzel foi um crítico do determinismo simplista, o qual em sua opinião prestou um desserviço à geografia ao tentar explicar de imediato – e por uma via especulativa, sem base empírica – a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade. Ele chegou a tecer críticas contundentes à ideia “obscura” de ser o homem “um produto do meio”. [...] A sua visão do condicionamento dos elementos ambientais sobre o homem e a sociedade é bem mais rica e mediatizada. (MORAES, *in* RATZEL, 1990, p. 10)

A abordagem da escola francesa se, por um lado, influenciou o conteúdo das primeiras obras, por outro, mais tarde, tornou-se um obstáculo. Na Geografia, ele encontrou o método de análise para uma apreensão mais global da fome, para uma aproximação entre o biológico e o social. Posteriormente, afastou-se da Geografia “oficial”, mas as limitações para o seu trabalho derivaram muito mais da escola adotada do que da incapacidade da ciência geográfica em ajudar a explicar os temas por ele abordados. Castro foi além do que propunha a Escola Francesa: estudou um tema pouco mencionado – a fome –, analisou-o e, por essa razão, superou em muito os “possibilistas”. Além de outros aspectos, a forte perspectiva regional dessa escola pode ter sido um fator impedor para quem buscava uma visão e compreensão da fome como fenômeno mundial.

Importante para mostrar sua mudança posterior, para melhor, é o contato com outros textos anteriores à *Geografia da Fome* (1957c), como os contidos em **Ensaio de Geografia Humana** (1957b). A primeira parte era voltada para estudantes da disciplina e possuía uma estrutura que obedecia, com pequenas alterações, ao programa oficial de ensino, fato que permitiu constatar o conteúdo acadêmico conservador e *francês* dessa disciplina. Nesse livro, comportou-se como um autêntico seguidor da Escola Possibilista.

No livro **Documentário do Nordeste** (1957a) estava o artigo *Os preconceitos de raça e de clima*, que se dedicava a combater a visão preconceituosa em relação ao clima tropical e à noção da existência de raças superiores; isso em razão de nosso passado, no qual parte significativa de nossa intelectualidade defendia o *branqueamento* da população como condição para o desenvolvimento. Notava-se, no texto, a influência da Escola Regional Francesa na noção de gênero de vida, pela



qual, segundo o artigo, percebia-se que das relações entre o homem e o meio, uma das mais tenazes era o estudo dos meios de nutrição.

No entanto, os que sempre se disseram seguidores de Vidal não seguiram à risca o que o autor francês propôs; eles pioraram seus preceitos em diversos aspectos. Por exemplo: La Blache, escrevendo sobre as regiões da França, destacou a região lorena. “*A facilidade dos transportes aquáticos tinha desde cedo criado, entre a vida industrial das cidades e a agricultura, esta aliança que é um dos traços da civilização moderna.*” (LA BLACHE, 2012f, p. 261) Essa ligação entre as indústrias e o campo não foi realçada por seus seguidores brasileiros. Alguns quase chegaram a colocar a agricultura como sinônimo de atraso. Sobre o isolamento de determinados aspectos, demonstrando uma visão de maior totalidade (ainda que distante da mesma) que não era seguida pelos discípulos, escreveu La Blache em 1896:

Uma necessidade do espírito nos incita a restituir o detalhe isolado, por si mesmo inexplicável, a um conjunto que o esclarece. Os agrupamentos parciais, por regiões ou partes do mundo, têm seu sentido e sua razão de ser, mas refletem apenas de modo imperfeito a única unidade de ordem superior que tem uma existência sem fracionamento nem restrição. (LA BLACHE, 2012a, p. 64)

Na década de 1950, a apresentação visual dos livros didáticos melhorou. Como nosso tema é a influência da Escola Possibilista Francesa, destacar-se-á um autor que, além da reverência que fazia aos franceses (foi um dos maiores admiradores de La Blache e da Escola Regional Francesa), dominou por um período significativo os livros didáticos: **Aroldo Edgard de Azevedo** (1910-1974). Um dos primeiros professores formados na USP, Azevedo escrevia diferentemente em seus textos didáticos e em seus artigos. Revelava de modo mais claro o que pensava nos artigos, como em “*O império colonial português e o Brasil – um esboço de geografia política*” (AZEVEDO, 1944) e “*A geografia a serviço da política*” (AZEVEDO, 1955). Presentes a defesa da doutrina liberal, do imperialismo capitalista, o discurso antirratzeliano, o racismo, o enaltecimento à escola francesa e à sua (falsa) neutralidade, as vantagens *inegáveis* do espaço brasileiro e o futuro auspicioso que nos esperava. Afirmava que, embora ainda não naquele momento, o Brasil precisaria de novos territórios, pois o futuro nos reservava um papel de destaque, liderando os povos de língua portuguesa, graças ao trabalho realizado antes por Portugal. A colônia mais importante para nós era a de Angola, cuja localização parecia convidar o Brasil para o “domínio das costas opostas”. “[...], *a História está repleta de exemplos que confirmam essa tendência dos Estados, que, no caso em apreço, não seria o produto de uma política imperialista, mas o desejo de uma aproximação maior entre povos irmãos.*” (AZEVEDO, 1944, p. 245). E havia três traços de união entre o Brasil e Angola: “[...] *a identidade de recursos econômicos*”, “*a identidade geológica*” e “*pontos de contato sob o ponto de vista étnico*” (Ibidem), já que de lá vieram os maiores contingentes de “bantos”.

Seus livros foram, na época, os preferidos do magistério nacional, sendo adotados na maioria das escolas. Por mais de três décadas, ele influenciou na formação de diversas turmas de professores e de alunos dos antigos ginásio e colegial, nas diversas regiões brasileiras. Ele considerava a Geografia mais uma ciência da natureza. Em *O Mundo em que vivemos* (AZEVEDO, 1969a; 1ª edição: 1963), para a 5ª série, compreendia “*situação geográfica*” como sinônimo de localização (Ibidem, p. 32-33), vulcões, inundações e furacões como “*cataclismos geográficos*” (Ibidem, p. 147) e “*meio geográfico*” como sinônimo de meio natural. No livro, somente a partir do capítulo 10 entrava em cena o homem. Um homem que não passava fome, nem fazia guerras e que não morava em sociedades divididas em classes sociais. Como pregavam alguns lablacheanos. O papel do clima e da vegetação na “*repartição geográfica do efetivo humano*” era realçado (Ibidem, p. 133), chegando a comparar o mecanismo das migrações com “[...] *o das massas de ar: das áreas superpovoadas, de alta pressão demográfica, partem correntes humanas que vão em direção a regiões de baixa pressão demográfica*” (Ibidem, p. 134/135). Mas avisava que era antideterminista.

Retomou a divisão conforme os graus de civilização — selvagens ou primitivos, semicivilizados ou bárbaros e civilizados — e acrescentou que nestes últimos

[...] a cultura alcança suas altas manifestações. Procuram fortalecer e honrar a instituição da família. Adotam as religiões mais puras e perfeitas, preocupando-se em difundir-las. [...] Todavia, em muitas regiões do Mundo e mesmo no interior de nossas fronteiras, milhões de homens ainda desconhecem, parcial ou totalmente, as mais elevadas manifestações do espírito humano. Mongóis e árabes da Ásia, esquimós e ameríndios, povos primitivos da África e da Oceania estão em tal caso. Cumpram levar-lhes nossa civilização e nossa cultura (AZEVEDO, 1969a, p. 146).

Ou seja, necessitávamos levar aos “selvagens e bárbaros” a nossa religião, o nosso gênero de vida; a *missão civilizatória europeia* ainda não terminara. A religião, em outro livro, funcionava como argumento a favor do monogenismo: “[...] *todas as religiões admitem essa unidade do tronco original. O Cristianismo considera tal fato um ponto inteiramente resolvido, sem possibilidade de qualquer dúvida*” (Idem, 1943, p. 218).

Quando discorreu sobre os alimentos, em *Geografia Geral* (AZEVEDO, 1943), Azevedo manteve a visão etnocêntrica europeia, dividindo o mundo em duas grandes áreas alimentares: a do trigo e a do arroz; garantiu que os mais civilizados consumiam trigo, mas nada disse sobre a fome. Era essa visão eurocêntrica que fazia com que considerasse como dificuldade de comunicação da Austrália o fato de ser distante da Europa (Idem, 1959, p. 248). Tratava das habitações (Idem, 1943, p. 151 a 155) sem relacionar as casas de barrote com a pobreza ou com a presença do *barbeiro*, sem mencionar favelas ou mocambos, e comparava as cidades “*a um ser vivo: nasce, cresce e pode morrer*” (Ibidem, p. 156). Em *Terra Brasileira* (1968a), afirmou que os contrastes não nos deviam impressionar, pois “*Somos jovens, estamos em plena formação, não podemos aproveitar ainda nossas possibilidades.*” (AZEVEDO, 1968a, p. 20) E no trato das regiões brasileiras as via de modo diferente de Vidal. Este, em sua “Aula Inaugural do Curso de Geografia”, dada em 1899, disse:

Efetivamente, as regiões se explicam umas pelas outras. Para dar resultado, a pesquisa precisa ser feita em um certo número de regiões ao mesmo tempo. [...] Foi na Suécia e na Groenlândia que encontraram explicações sobre o solo e a hidrografia da planície da Alemanha do norte. (LA BLACHE, 2012b, p. 72-73)

Para Aroldo, existiam diversas regiões isoladas e também dois Brasis: o Atlântico, povoado, e o Sertanejo, despovoado. No livro *As Regiões Brasileiras* (AZEVEDO, 1968b), dedicado à sétima série, cada uma das regiões tinha sua descrição dividida em a Terra, o Homem e a Economia. Os contrastes existentes, além de essencialmente naturais, eram os da cor da pele ou de cidades e zonas rurais, não os de classes sociais, e “*todos se orgulham das mesmas tradições históricas*”. Procurava “*realizar pequenas sínteses geográficas [...] estudando cada uma delas como se fosse um todo*” (Ibidem, p. 20), isolando-as assim das relações internas e externas. A visão que demonstrava era de que as regiões se constituíam em “*pequenos 'mundos' dentro de um verdadeiro 'continente', que é o nosso país*”, tão grande que “*não precisamos ambicionar terras de outros países*” (Ibidem, p. 269). Ele deveria, antes de escrever isso, ter lido o que escreveu Vidal:

Antes de tudo, podemos nos perguntar se é necessário dividir em regiões o país que desejamos estudar e se não seria mais simples examinar separada e sucessivamente os principais aspectos – costas, relevo, hidrografia, cidades etc. É fácil mostrar que tal sistema iria diretamente contra o objetivo a que se propõe a Geografia. Ela vê nos fenômenos sua correlação, seu encadeamento, ela procura nesse encadeamento sua explicação: não é preciso, portanto, começar por isolá-los. (LA BLACHE, 2012e, p. 204-205)

A visão do mestre francês sobre as regiões não as isolava tanto; ele reafirmou em 1917: “*Pois, quando se trata de região, não é preciso procurar muito por limites.*” (Idem, 2012g, p. 323) Por mais que fosse inadequada essa visão lablacheana, ela seria mais útil do que aquela desenvolvida no país. Pelo menos os alunos poderiam aprender a correlacionar os fatos, a tentar buscar uma explicação, ainda que superficial e baseada em aspectos físicos, pois poderiam estar

aprendendo a pensar e teriam a ocasião de, mais tarde, concluir coisas diferentes, que não estavam na proposta.

No livro sobre as regiões brasileiras, ao analisar a região do "*Inferno Verde*" onde a natureza dificultava até a queimada, passava a impressão de que, durante o *Ciclo da Borracha* (1870-1910), não houve exploração, servidão, ostentação e dependência. Na parte referente aos aspectos físicos da região, somente quando se referiu aos *campos*, com sua vegetação escassa e rasteira, fez referência aos solos: "*Encontram-se em áreas de solos mais pobres, [...]*" (AZEVEDO, 1968b, p. 36) A outra referência se encontrava na parte econômica, quando tratou da agricultura: "*O agricultor tem contra si a pobreza dos solos, muito arenosos nos 'firmes' e sujeitos às inundações nas várzeas, quando não encontra a crosta laterítica, dura e estéril, a recobrir as terras aráveis.*" (Ibidem, p. 61) Não deu, em seus livros, destaque à pobreza dos solos tropicais (embora passíveis de correção). Vidal já havia escrito o seguinte:

Hoje já superamos certas ilusões a propósito da fertilidade dos solos tropicais. Sabe-se que as superfícies propícias aos cultivos são aí relativamente restritas. No Brasil, como na África, enquanto há dorsos de planaltos recobertos por silte vermelho, constituindo solos férteis, onde geralmente se concentram aldeias, há também extensões de areias graníticas, areias ferruginosas e argilas lateríticas que não permitem a atividade agrícola. A lavagem intensa e repetida a que está submetido o solo pelas chuvas tropicais tira dele substâncias fertilizantes, de modo que o esgotamento rápido é a pedra no caminho da agricultura tropical. (LA BLACHE, 2012d, p. 142-143)

Isso foi publicado em 1911; para a época, uma visão atualizada. Porque diversos livros didáticos enalteciam todos os solos do Brasil? Quanto de atraso ocorreu por não se ter a visão correta da realidade pedológica do país? Vidal escreveu na sequência sobre "*o uso bárbaro do cultivo sobre queimadas*", mas pouco se viu, nos livros didáticos até os anos sessenta, uma condenação explícita ao uso desse método. Azevedo, no livro analisado, só escreveu que a queimada era "[...] *dificultada pelo tamanho dos vegetais e pelas chuvas abundantes e constantes.*" (AZEVEDO, 1968b, p. 61) Ou seja, não criticava o uso dessa técnica.

O fato de a geografia possibilista, feita no Brasil, ficar restrita à descrição descartou o conhecimento pelas causas, possibilitou a aplicação de leis naturais e invariáveis em análises dos agrupamentos humanos e permitiu a crença da realização de descrições objetivas e neutras. O caráter de uma ciência que estuda o meio natural e o homem permitiu que se definisse como uma ciência de síntese; mas sua síntese era uma justaposição de aspectos e não uma integração.

Notadamente na década de 1970, em alguns dos meios acadêmicos e, sobretudo, no IBGE, ocorreu a presença de um novo paradigma, integrado ao esforço de modernização da área de planejamento. Para isso, a geografia de inspiração lablacheana, de cunho idiográfico, não era mais adequada e surgiu uma nova corrente, pretensamente pragmática, voltada para o planejamento, dizendo-se capaz de abordar grandes problemas nacionais, colaborando para a sua solução: a chamada Geografia Teórica ou Nova Geografia ou Geografia Quantitativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

La Blache foi fundamental na institucionalização da Geografia francesa nas universidades e elaborou uma Geografia ligada ao Estado, às classes conservadoras e que procurou justificar o colonialismo. O brasileiro Armen Mamigonian disse: "*Toda a obra de La Blache está imbuída de uma visão política a serviço do colonialismo francês.*" (in: HAESBAERT *et al.*, 2012, p. 341) Uma característica de Vidal e de autores possibilistas brasileiros não está necessariamente no que escreveram e sim no que deixaram de analisar. Escreveram muito sobre habitação, aldeia, habitat, estradas, relevo, vegetação, geologia, rios, mas nada sobre as pessoas, as injustiças, a opressão, as classes sociais, as relações de poder. Nada sobre aspectos políticos significativos para a compreensão da sociedade. Vidal mesmo criticava a "politização", como se fosse possível agir de modo "apolítico". "*Assim, a crítica de La Blache incidirá sobre a excessiva politização deste*

*pensamento, incompatível com o ideal positivista da necessária neutralidade valorativa da ciência.*” (MORAES, 1988, p. 126) No entanto, ele mesmo “politizou” diversas análises, como em “A França do Leste”.

A Geografia era vista, no Brasil, como um produto da cultura ocidental, basicamente europeia. Geógrafos, economistas, sociólogos, intérpretes de qualquer natureza, eram reconhecidos quando provenientes de países europeus ou, depois, dos Estados Unidos. Contudo, teorias europeias (ou estadunidenses) mais progressistas dificilmente tinham fácil aceitação (e difusão) entre os intelectuais brasileiros, ao contrário das teorias mais conservadoras que, não só eram aceitas como também adaptadas, ganhando uma nova vida nos trópicos. No século XIX, formulações iluministas, anarquistas, socialistas, marxistas etc. foram quase que banidas do Brasil, exceto por sua aceitação em alguns grupos operários. Em contraposição, as teses racistas ganharam força por aqui quando já estavam em declínio em muitos centros europeus.

Daí decorreu a tendência de transformar a Geografia em uma ciência da natureza, ao menos em seus métodos, para não torná-la crítica. Disso que adveio o apego exagerado aos aspectos naturais. E o que se critica é o apego exagerado, a transformação da natureza no objeto; isso não significa que os *aspectos naturais* devam ser desprezados, o que levaria a uma descaracterização da ciência geográfica. Da mesma maneira é que se critica a descrição; discorda-se do que é selecionado e do fato de ter se transformado na finalidade última. Somente descrever o que se apresenta à observação é não conhecer (ou omitir) as forças do processo. Como o significado desmascara, escondê-los também pode ser estratégico; ou seja, é importante a inconsciência de sua existência. É ainda pior quando a realidade é compartimentada,

[...], pois os estudos “em fatias”, que se desvinculam uns dos outros, perdem as grandes possibilidades evocativas dos conjuntos significativos, a forma orgânica e estruturada que dá sentido a cada pequeno passo de uma atividade. Integração, pois, significa visão globalizada, compreensão de relações, e garante reversibilidade móvel ao conhecimento. (Amélia de Castro, *apud* CASTANHO, 1989, p. 107).

Claro que isso depende muito do “*horizonte de visibilidade*” (LÖWY, 1988, p. 203), do ponto de vista de classe, que estabelece os limites do horizonte, as possibilidades de visão. Portanto, o que se vê depende muito da *forma de olhar* e do conhecimento que se tem do que é analisado. Por isso, a visão é muitas vezes “verdadeira”, pois ela é somente parte porque o observador não consegue ver além dela, não consegue enxergar o que não é visível, mas está presente.

A corrente possibilista colaborou para que muitas pessoas considerassem a Geografia como um estudo de mapas, de aspectos físicos e de simples descrição dos lugares. Ela acabou por estimular a fragmentação da realidade, o isolamento da Geografia entre as ciências e o desestímulo à procura de causas na apreensão do todo. Gerou uma indefinição da Geografia ao reforçar a ideia de ciência-síntese, aglutinadora dos resultados das ciências naturais e “humanas”; era possível até se conseguir uma síntese de uma região, o que a fazia permanecer fragmentadora da realidade global. Entretanto, não se pode esquecer que passado, presente e futuro são indissociáveis. Se desejarmos um futuro melhor para a ciência geográfica, é preciso ver o que se passou, estudar seus clássicos, colocá-los corretamente em seus contextos históricos e procurar não repetir erros que fizeram.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 199-322.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro e uma geografia combatente. In: CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome, um tema proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p. 142-144.

\_\_\_\_\_. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB-SP, n. 72, 1994, 63-82.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. **Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira**: Everardo Adolpho Backheuser. 2000. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

AZEVEDO, Aroldo de. **Geografia Geral** - tomo primeiro: Geografia Astronômica. Geografia Física. Geografia Humana. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943 (para a primeira série ginasial - 1ª ed.: 1942).

\_\_\_\_\_. O Império Colonial Português e o Brasil - um esboço de Geografia Política. In: **Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia**. Rio de Janeiro: CNG, 1944, v. V. p. 239-246.

\_\_\_\_\_. A geografia a serviço da política. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, outubro de 1955, n. 21, 42-68.

\_\_\_\_\_. **Geografia Geral**: geografia física e humana dos continentes. 118ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959 (para a segunda série ginasial - 1ª ed.: 1943).

\_\_\_\_\_. **Terra Brasileira**. 42ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968a (1ª ed.: 1963).

\_\_\_\_\_. **As regiões brasileiras**. 4ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968b (1ª ed.: 1964).

\_\_\_\_\_. **O mundo em que vivemos**. 8ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969a (1ª ed.: 1963).

\_\_\_\_\_. A Geografia francesa e a geração dos anos setenta. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº. 50, março de 1976b, p.7-28.

BRAY, Silvio Carlos. Pierre Monbeig, o patriarca da geografia paulista e nacional. **Geografia**. Rio Claro, SP: AGETEO, v. 12, out. 1987, n. 24, p. 119-120.

BRUNHES, Jean. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2011.

CARVALHO, Delgado de. A interpretação do programa primário. **Orientação**. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, n. 8, 1990, p. 107-112.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. **Geografia Humana** (política e econômica). 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1967.

CASTANHO, M. Eugênia. **Universidade à noite**: fim ou começo de jornada. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

\_\_\_\_\_. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957a.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Geografia Humana**. São Paulo: Brasiliense, 1957b.

\_\_\_\_\_. **Geografia da fome**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957c.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome:** ensaios sobre os problemas de alimentação e de população. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1968, 2v.

DEFFONTAINES, Pierre. **Geografia humana do Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. **O discurso geográfico:** a obra de Delgado de Carvalho no contexto da geografia brasileira – 1913 a 1942. 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de et alii (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.49-76.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. original: Paris, 1921).

LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 37-47.

\_\_\_\_\_. O princípio de geografia geral. In: HAESBAERT, Rogério *et alii* (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 47-65 (artigo publicado nos *Annales de Géographie*, v. V, out. 1895 a set. 1896).

\_\_\_\_\_. L'éducation des indigènes. **Revue scientifique** (Revue rose), n. 12, tome VII, mars 1897, p. 353-360.

\_\_\_\_\_. Aula Inaugural do Curso de Geografia. In: HAESBAERT, Rogério *et alii*. (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, p. 67-83 (Original publicado nos *Annales de Géographie*, em 1899).

\_\_\_\_\_. As condições geográficas dos fatos sociais. In: HAESBAERT, Rogério *et alii*. (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012c, p. 85-98 (Original publicado em *Annales de Géographie*, em 1902).

\_\_\_\_\_. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana – Primeiro Artigo. In: HAESBAERT, Rogério *et alii*. (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012d, p. 131-158 (Original publicado em *Annales de Géographie*, em 1911).

\_\_\_\_\_. As Divisões Fundamentais do Território Francês. In: HAESBAERT, Rogério *et alii* (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012e, p. 203-212. (publicado no *Bulletin Littéraire*, out-nov. 1888)

\_\_\_\_\_. As regiões francesas. In: HAESBAERT, Rogério *et alii*. (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012f, p. 245-275 (Original publicado na *Revue de Paris*, em 1910)

\_\_\_\_\_. A renovação da vida regional. In: HAESBAERT, Rogério *et alii* (org.). **Vidal, Vidais:** textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012g, p. 315-333 (original publicado em *Foi et Vie, Les questions du temps présent*, Cahier B, n. 9, maio, 1917)

- \_\_\_\_\_. **La France de l'est (Lorraine-Alsace)**. Paris: La Découverte, 1994 (1ª edição: 1917).
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 2ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, DF: Conselho Nacional de Geografia, a. I, n. 7, p. 07-29, out. de 1943.
- MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (c. Primeiros passos, 48).
- \_\_\_\_\_. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol. 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RATZEL. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990 (org.: A. Carlos R. de Moraes).
- RECLUS, Élisée. **Da ação humana na Geografia Física; Geografia comparada no Espaço e no Tempo**. São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010, 96 p.
- RIBEIRO, Guilherme. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**. Fortaleza, a.08, nº 15, jan./abr. 2009, p. 19-28. ISSN: 1984-2201.
- \_\_\_\_\_. Paul Vidal de La Blache: uma interpretação *Ou* para que serve a história do pensamento geográfico. **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico – I Encontro Nacional de Geografia Histórica**. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRJ e da UFF; Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Grupo de Trabalho: Matrizes do Pensamento Geográfico, 2012, 15 p.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1978.
- SANTOS, Wilson dos. **A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação**. 1984. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro para uma poética da fome**. 1998. 596f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- VLACH, Vânia Rúbia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online]. São Paulo (SP), Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 4-5, 2003. URL: <http://terrabilis.revues.org/359>. Acessado em 05/03/2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel *et alii*. **Para abrir as Ciências Sociais**. Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1996.